

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O Estado como Abrigo dos Seus: Privilégios Antigos numa Democracia Cansada

Publicado em 2026-07-03 20:23:00



BOX DE FACTOS

- A chamada antiga “licença sem vencimento” é hoje geralmente enquadrada, na Administração Pública,

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

remuneração determina a suspensão do vínculo de emprego público.

- Segundo a DGAEP, em certas licenças, nomeadamente licenças fundadas em circunstâncias de interesse público, licenças inferiores a um ano, acompanhamento de cônjuge colocado no estrangeiro por período inferior a dois anos ou exercício de funções em organismos internacionais, o trabalhador tem direito a ocupar um posto de trabalho no respectivo serviço quando a licença termina.
- Noutras licenças, nomeadamente superiores a um ano, o regresso ao serviço fica condicionado à existência de posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal.
- No sector privado também existe licença sem retribuição, prevista no artigo 317.º do Código do Trabalho, mas a sua aplicação prática não cria, em regra, o mesmo efeito social de carreira pública protegida.
- A Lei n.º 52/2019 regula o exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos,

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

licenças em situações numanas justificadas, mas contra o seu uso como mecanismo de protecção de trajectórias, circulação política e reserva de carreira dentro do Estado.

O Estado como Abrigo dos Seus: Privilégios Antigos numa Democracia Cansada

Portugal mudou de regime, mudou de Constituição, mudou de moeda, mudou de governos, mudou de slogans, mudou de ministérios, mudou de logótipos, mudou de plataformas digitais e até mudou de nomes a quase tudo. Mas há uma coisa que atravessou o tempo com uma notável capacidade de sobrevivência: a ideia de que o Estado é, para alguns, uma casa com porta sempre entreaberta.

Não uma instituição ao serviço da comunidade. Não uma máquina pública submetida ao interesse geral. Não um instrumento da cidadania. Mas um abrigo. Um património. Uma reserva. Um seguro de carreira para quem pertence ao circuito certo.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

velho regime, mas conservou demasiado da sua cultura administrativa profunda: a estabilidade como direito quase hereditário, o lugar público como propriedade moral, a carreira como território protegido, a circulação entre política e Administração como percurso natural, e o cidadão comum como contribuinte resignado que paga a manutenção deste edifício.

O país real vive exposto. O país administrativo vive protegido.

A licença sem remuneração como símbolo

A antiga “licença sem vencimento”, hoje designada sobretudo como licença sem remuneração, pode ter justificação humana e social. Ninguém sério deve negar isso. Há situações de doença familiar, formação, acompanhamento de cônjuge, funções internacionais, missões temporárias ou circunstâncias pessoais graves que justificam uma pausa profissional sem perda definitiva do vínculo.

Uma sociedade decente deve prever excepções humanas.

Mas o problema começa quando a excepção se transforma em cultura de privilégio.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Juridicamente tudo pode parecer limpo. Mas socialmente a questão é outra: quantos trabalhadores do sector privado podem sair, experimentar outro caminho, circular por outros lugares e manter uma porta de regresso semelhante?

Muito poucos.

O trabalhador comum arrisca. O trabalhador precário arrisca. O pequeno empresário arrisca. O profissional do privado arrisca. Quem sai, sai mesmo. Quem falha, paga. Quem tenta, pode perder. Quem muda, não tem o Estado à espera com uma cadeira guardada.

Já uma parte da elite pública pode circular com rede. Pode sair sem sair completamente. Pode experimentar sem cortar a ponte. Pode suspender a pertença e conservar a expectativa de regresso.

Isto não é apenas uma diferença laboral. É uma diferença de condição social.

O privilégio não está sempre na lei; muitas vezes está no uso

Os defensores do sistema respondem depressa: “está na lei”. Como se a legalidade fosse certificado automático de justiça.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O privilégio moderno raramente aparece de cartola e charuto. Aparece com despacho, parecer, artigo, regulamento, circular, regime especial, mobilidade, requisição, comissão de serviço, licença, equiparação, suplemento, nomeação, transição, excepção e alínea.

Portugal é exímio nisto. O privilégio não surge como privilégio. Surge como “instrumento de gestão”. Como “necessidade de serviço”. Como “valorização de competências”. Como “interesse público”. Como “flexibilidade administrativa”. Como “regime aplicável”. Como “situação legalmente prevista”.

A linguagem serve muitas vezes para desarmar a indignação.

Mas a pergunta democrática é simples: este mecanismo serve verdadeiramente o interesse público ou serve sobretudo a protecção de trajectórias individuais dentro do Estado?

Quando a resposta começa a embaraçar, estamos perante privilégio.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

quadros superiores, técnicos de confiança, gestores públicos e membros de gabinetes que circulam entre serviços, cargos, empresas públicas, reguladores, autarquias, instituições internacionais, administrações nomeadas e regressos à carreira de origem.

Em teoria, tudo pode ser legal.

Na prática, isto cria uma casta com circulação protegida.

Uma democracia saudável aceita que cidadãos entrem temporariamente na política. Mas uma democracia doente transforma a política e o Estado numa mesma rede de sobrevivência profissional. O lugar público deixa de ser serviço e passa a ser base de lançamento. A carreira pública torna-se seguro de vida política. O Estado passa a funcionar como aeroporto privado: uns levantam voo, outros aguardam regresso, todos com pista garantida.

O cidadão comum vê isto e percebe.

Percebe que há pessoas que falam de risco sem arriscar. Falam de mobilidade com lugar guardado. Falam de flexibilidade enquanto preservam estabilidade. Falam de reformas estruturais para os outros enquanto mantêm intactas as suas almofadas institucionais.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A democracia assenta numa ideia simples: todos os cidadãos devem ser iguais perante a lei e perante o Estado. Mas a igualdade formal vale pouco quando a experiência concreta da vida mostra outra coisa.

Um jovem no privado trabalha com contrato a prazo, recibos verdes, prestação de serviços, outsourcing ou falsa autonomia. Um trabalhador de meia-idade que perde emprego descobre rapidamente que a sua experiência vale pouco perante um mercado cruel. Um pequeno empresário arrisca poupanças, saúde e património. Uma família endividada não tem licença sem consequências. Um pensionista vive com contas que não suspendem.

Mas no coração do Estado existem mecanismos que preservam vínculos, carreiras, regressos, garantias e continuidades.

O país que exige sacrifício ao cidadão comum protege-se a si próprio com requinte.

E aqui está a ferida: não se trata de inveja social. Trata-se de justiça democrática.

A função pública deve ter estabilidade suficiente para servir o Estado sem medo de perseguição política. Isso é essencial. Um Estado decente precisa de quadros

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A estabilidade que protege o serviço público é legítima.

A estabilidade que protege castas é abuso.

Heranças antigas numa democracia nova só no papel

Muitos destes privilégios vêm de longe. Não nasceram todos na democracia. Alguns pertencem à cultura administrativa herdada do Estado Novo, onde o Estado era hierarquia, carreira, deferência, estabilidade e distância face ao cidadão. A democracia mudou a legitimidade política, mas nem sempre reformou a mentalidade administrativa.

O Estado continuou a ver-se como mundo próprio.

Mudaram os discursos, entraram os partidos, abriram-se eleições, multiplicaram-se direitos, chegou a Europa, vieram os fundos, informatizaram-se serviços. Mas a relação profunda entre Estado e sociedade manteve traços antigos: quem está dentro pertence; quem está fora pede.

O cidadão é utente, contribuinte, requerente, beneficiário, arguido administrativo, número de processo, senha no ecrã, formulário incompleto.

O funcionário protegido é parte da casa.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

sociedade.

Privilégios multiplicados

A licença sem remuneração é apenas um símbolo. O problema é mais vasto.

Há regimes especiais. Há suplementos difíceis de explicar. Há comissões de serviço usadas como elevador. Há nomeações políticas disfarçadas de competência técnica. Há mobilidades que parecem feitas à medida. Há institutos que sobrevivem à sua utilidade. Há chefias que se reproduzem como cogumelos depois da chuva. Há gabinetes que engordam quando o país emagrece. Há consultorias externas para fazer aquilo que a Administração Pública devia saber fazer. Há carreiras bloqueadas para uns e atalhos para outros.

Há ainda a grande especialidade nacional: responsabilidade difusa. Quando tudo corre mal, ninguém decidiu. Quando o projecto falha, foi o contexto. Quando o custo derrapa, foi a complexidade. Quando o serviço não funciona, foi a transição digital. Quando o cidadão se queixa, falta um documento.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

privilégios

Há algo de moralmente obsceno num Estado que pede sacrifícios permanentes à sociedade enquanto se mostra incapaz de cortar nos seus próprios privilégios.

Pede aos jovens que sejam móveis, mas protege carreiras imóveis.

Pede aos trabalhadores que sejam produtivos, mas tolera serviços sem avaliação séria.

Pede aos contribuintes que paguem, mas raramente explica com clareza onde falha.

Pede às empresas que inovem, mas responde com burocracia.

Pede aos cidadãos que confiem, mas oferece opacidade.

Pede aos reformados que aceitem sustentabilidade, mas não enfrenta desperdícios instalados.

Pede coragem ao país, mas pratica prudência com os seus.

É esta duplicidade que destrói a confiança democrática.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Os políticos e o abrigo estatal

A política portuguesa tem uma relação ambígua com o Estado. Em teoria, os políticos servem temporariamente o interesse público. Na prática, muitos constroem trajectórias em torno do próprio Estado: juventudes partidárias, gabinetes, assessorias, autarquias, parlamento, governo, empresas públicas, reguladores, fundações, institutos, organismos internacionais e regressos protegidos.

O percurso torna-se circular.

Entra-se no Estado jovem, sobe-se pela política, circula-se por nomeações, regressa-se à carreira, espera-se nova oportunidade, muda-se de gabinete, aceita-se administração, regressa-se ao abrigo.

Isto cria uma cultura de pertença. O Estado deixa de ser lugar de serviço e passa a ser ecossistema profissional. Quem domina o ecossistema sobrevive melhor do que quem apenas trabalha, produz ou arrisca cá fora.

E depois admiram-se que o país desconfie da política.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O privado sem rede e o público com almofada

A comparação com o sector privado é inevitável.

No privado, o erro paga-se depressa. A empresa fecha. O contrato acaba. O cliente desaparece. O salário falha. A oportunidade perde-se. A idade pesa. A doença complica. A crise arrasa.

No Estado, em demasiados casos, o erro dilui-se. O custo é absorvido. O serviço reorganiza-se. A chefia muda de lugar. O relatório justifica. O orçamento cobre. O contribuinte paga.

Naturalmente, isto não significa que todos os funcionários públicos sejam privilegiados. Seria injusto e falso. Há excelentes servidores públicos, mal pagos, sobrecarregados, desmotivados por chefias incompetentes e presos a sistemas absurdos. Médicos, enfermeiros, professores, técnicos, funcionários judiciais, forças de segurança e trabalhadores administrativos sabem bem o que é servir num Estado que muitas vezes trata mal os seus melhores.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Não se deve atacar quem serve. Deve atacar-se quem se serve.

O preço moral dos privilégios

Os privilégios instalados têm um custo financeiro, mas o seu custo maior é moral.

Destroem confiança. Alimentam ressentimento. Enfraquecem a autoridade do Estado. Descredibilizam a política. Criam a sensação de que há cidadãos de primeira e cidadãos de segunda. Produzem cinismo. E o cinismo é veneno democrático.

Quando o cidadão acredita que o sistema está viciado, deixa de se sentir obrigado moralmente a respeitá-lo. Pode continuar a cumprir por medo, hábito ou necessidade, mas deixa de cumprir por convicção.

É assim que as democracias se corroem: não apenas por golpes ou extremismos, mas por pequenas injustiças acumuladas, por privilégios tolerados, por abusos normalizados, por elites que perderam a vergonha e por instituições que falam de igualdade enquanto praticam exceções para os seus.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

seria a resposta errada, brutal e injusta. O país precisa de um Estado competente, estável e respeitado.

Mas estabilidade não pode significar privilégio sem escrutínio.

Seria necessário rever profundamente os regimes de licença prolongada, mobilidade, comissão de serviço, regresso à carreira, nomeações, acumulações, suplementos e portas giratórias. Não para punir servidores públicos, mas para proteger a legitimidade do Estado.

Qualquer licença prolongada deveria ser transparente, limitada, justificada por interesse público ou razão humana forte, registada de forma acessível e sujeita a avaliação.

Qualquer circulação entre política, reguladores, empresas públicas e entidades privadas deveria ter regras claras, períodos de nojo efectivos e fiscalização séria.

Qualquer regresso protegido deveria ser justificado perante o interesse do serviço, não apenas perante o interesse do titular.

Qualquer nomeação deveria ser escrutinada por mérito, percurso e resultados.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Se não serve o cidadão, deve acabar.

Uma democracia de privilégios não é uma democracia madura

Portugal gosta de se imaginar como democracia europeia consolidada. E é, em muitos aspectos. Mas continua a carregar dentro do Estado uma cultura antiga de protecção dos seus, uma espécie de nobreza administrativa sem brasão, mas com despacho.

Isto não é apenas uma questão técnica. É uma questão civilizacional.

Uma democracia madura não pode manter zonas de privilégio blindadas à crítica. Não pode exigir risco ao privado e oferecer rede permanente ao público. Não pode pedir produtividade à sociedade enquanto preserva circuitos de conforto no Estado. Não pode falar de igualdade enquanto permite que alguns circulem por cargos e regressos como se a Administração fosse propriedade de carreira.

O Estado pertence aos cidadãos. Parece uma frase óbvia. Em Portugal, as frases óbvias precisam muitas vezes de ser repetidas porque o sistema tem uma audição selectiva extraordinária.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Mas não precisa de castas. Não precisa de lugares eternamente reservados. Não precisa de portas giratórias protegidas. Não precisa de privilégios herdados de uma cultura administrativa que nunca foi verdadeiramente democratizada.

A licença sem remuneração, quando usada com humanidade e limites, pode ser legítima. Quando usada como seguro de carreira para circular entre lugares públicos, políticos e institucionais, torna-se símbolo de uma desigualdade obscena.

O mesmo vale para tantos outros mecanismos instalados no Estado: não são escândalos isolados; são peças de uma arquitectura antiga, resistente e moralmente cansada.

Portugal não falha apenas porque tem maus governos. Falha porque demasiadas vezes o Estado protege o Estado antes de proteger a sociedade.

E enquanto isso continuar, a democracia portuguesa continuará a ser uma casa estranha: aberta para pedir sacrifícios a todos, mas com quartos reservados para alguns.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

<https://www.dgaep.gov.pt/stap/infoPage.cfm?KeepThis=true&objid=e445f5a4-6ce7-44f8-b749-855a46848fe1>

- Diário da República — Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho:

<https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2014-57466875>

- Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa — Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, artigo 280.º, licença sem remuneração:

https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=2171A0280&ficha=1&nid=2171&nversao=&tabela=leis

- Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa — Código do Trabalho, artigo 317.º, licença sem retribuição:

https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=1047A0317&ficha=1&nid=1047&nversao=&pagina=1&tabela=leis

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/>

52-2019-123610180

- Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa — Lei n.º

52/2019, versão actualizada:

<https://www.pgdlisboa.pt/leis/>

[lei_mostra_articulado.php?](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=3192A0020&ficha=1&nid=3192&nversao=&pagina=1&so_miolo=&tabela=leis)

[artigo_id=3192A0020&ficha=1&nid=3192&nversao=&](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=3192A0020&ficha=1&nid=3192&nversao=&pagina=1&so_miolo=&tabela=leis)

[pagina=1&so_miolo=&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=3192A0020&ficha=1&nid=3192&nversao=&pagina=1&so_miolo=&tabela=leis)

Nota editorial: Este artigo não pretende atacar a Administração Pública nem os trabalhadores que servem o Estado com competência, dedicação e sentido de missão. A crítica dirige-se aos mecanismos de privilégio, circulação protegida, reserva de carreira, opacidade e apropriação institucional que transformam o Estado num abrigo para alguns, enquanto a maioria da sociedade vive sem a mesma rede de segurança.

Texto de : Francisco Gonçalves

Com apoio editorial de: Augustus Veritas.

Nota final

Uma democracia não se mede apenas pelas eleições que realiza, mas pela coragem com que desmantela os privilégios

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

ser uma promessa incompleta.

O Estado não é herança de família. É propriedade moral dos cidadãos.

— Francisco Gonçalves



GitHub Pages



CodeBerg Pages



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

• [Ebooks](#)

• [Carrossel](#)



Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)